

## Uma abordagem acadêmica sobre a revolução coreana

*An academic approach on the Korean revolution*

Diego Pautasso<sup>1</sup>

Foi publicado o livro *A Revolução Coreana – o desconhecido socialismo Zuche*, de autoria de dois professores e pesquisadores da UFRGS, Paulo Visentini e Analúcia Pereira, e uma diplomata, Helena Melchionna. Os pesquisadores são membros do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e já haviam publicado, com os colegas Luiz Ribeiro, Luis Gröhman e José Martins, o livro *Revoluções e Regimes Marxistas*, em 2013, pela editora Leitura XXI, um dos raros centros de pesquisa no país dedicado a abordagens críticas na área de Relações Internacionais, num contexto em que imperam os modismos acadêmicos.

Nesse sentido, o livro sobre a revolução coreana é uma rara contribuição acadêmica, no Brasil e no exterior, para compreender um país objeto de visões caricatas, jornalísticas e ideológicas. Embora de leitura bastante acessível, trata-se de um livro acadêmico fruto de extensa pesquisa e de uma viagem à Coreia do Norte. Este trabalho, editado pela UNESP e publicado em 2015 é parte da coleção *Revoluções do Século 20*, cujo objetivo é fazer uma “reavaliação mais serena desses acontecimentos”, como diz a editora Emília Viotti da Costa. Convenientemente esquece-se que essas revoluções transcendem os espaços e tempo onde ocorreram. As revoluções socialistas influenciaram decisivamente conquistas democráticas (formais e reais) ocorridas no Ocidente capitalista ao longo do século XX e ainda recebem um tratamento modesto no campo das Relações Internacionais.

O trabalho faz uma detalhada reconstrução histórica sobre a trajetória da península e da revolução coreana. Dividido em sete capítulos, os autores começam abordando o nacionalismo na formação coreana, tanto fruto de sua situação geográfica (encravado entre grandes potências como Rússia, China, Japão e os EUA, presentes há sete décadas na península), quanto do contexto de resistência e luta de libertação nacional contra o imperialismo japonês que se transformou no principal legitimador do regime norte-coreano. No segundo capítulo é abordado o período da divisão da península (1945-48) à guerra civil (1950-53), incluindo a atuação da China e das superpotências, bem como a inserção no tensionado ambiente de Guerra Fria. O terceiro trata da reconstrução do país e da implantação do socialismo de viés Zuche, fruto da ‘coreanização’ do marxismo-leninismo. A ideia de independência e autonomia, que remonta à dinastia Choson, passa pelo quadro adverso das rivalidades do sistema bipolar e do próprio campo socialista (URSS e China) e culmina no cenário de embargos e isolamentos do Pós-Guerra Fria. Como destacado no capítulo quarto, a

1. É doutor e mestre em Ciência Política e graduado em Geografia pela UFRGS. Atualmente é professor de Relações Internacionais da ESPM Sul e da UNISINOS. Autor do livro *China e Rússia no Pós-Guerra Fria*, ed. Juruá, 2011. E-mail: dpautasso@espm.br

cisão sino-soviética e a aproximação sino-americana geraram desafios e contradições que fortaleceram o autonomismo Zuche e mesmo a ênfase na dissuasão militar.

O capítulo quinto analisa a difícil transição do apogeu (anos 1970) – quando a parte norte da península era mais desenvolvida que a parte sul – às adversidades (anos 1980) e que culminaram no colapso do campo socialista. O isolamento e as ameaças ocidentais tornaram ainda mais complexos os desafios de retomada de desenvolvimento e mesmo de sobrevivência do regime e preservação da integridade territorial. O capítulo seis expõe, por sua vez, as dificuldades que se seguiram a essa transição, também chamado de *Songun* (ou Macha Penosa) dos anos 1990. Não bastasse o cenário internacional adverso, o país enfrentou crises ambientais (secas e enchentes) e uma dolorosa transição política – com a morte do líder da independência, Kim Jong Sum e a ascensão de Kim Jong Il. Por fim, o capítulo sete detalha a segunda transição norte-coreana, com os novos desafios de nova transição política (ascensão de Kim Jong Un), modernização econômica e desmilitarização progressiva (Linha Byungjin). Ou seja, pode-se afirmar que a experiência coreana foi repleta de desafios, contradições e transformações – ao invés de um regime monolítico, como é apresentado pela grande mídia ocidental e seus ideólogos.

Assim, qualquer reflexão, alternativa tanto ao silêncio quanto à estereotipação, impõem perguntas complexas. Como é conquistar a independência nacional frente um imperialismo tirânico e xenófobo (japonês) com imensa superioridade bélica? Como é reconstruir um país devastado pela guerra de independência? Como um país preserva a integridade territorial e a soberania no contexto de Guerra Fria? Como manter a autonomia diante da escalada de rivalidade militar entre URSS e China entre os anos 1960 e 1980? Como manter o regime após o colapso do campo socialista e o espiral

belicista e unilateralista dos EUA – que levaram a inúmeras intervenções com destruição econômica, instabilidade política e fragmentação territorial (Somália, Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, etc.)? Como retomar o desenvolvimento com um notável isolamento e no contexto de crises ambientais (duas enchentes devastadoras em 1994 e 1995 e uma forte seca em 1997)? Como desenvolver-se num ambiente de isolamento, embargo e hostilidade, bem como carente de recursos naturais e energéticos e com poucas áreas agriculturáveis? Como analisar as idiosincrasias e as contradições desse regime e país sem levar em conta a trajetória coreana? Como, apesar das adversidades, o país apresentou notáveis conquistas socioeconômicas? Como é possível passar do Estado de Exceção para o de Normalidade num quadro de estado de guerra e sem replicar o viés plutocrático e individualista das democracias ocidentais? Como explicar a revolução socialista coreana – e suas especificidades Zuche – sem levar em conta o peso do nacionalismo e dos traços culturais asiáticos e confucianos? Não é possível abstrair estes questionamentos caso haja qualquer vestígio de interesse acadêmico e/ou político pelo assunto.

Mesmo aos menos interessados na revolução coreana, a temática é de suma importância. Apesar de pequeno, o país tem influenciado de forma decisiva a dinâmica geopolítica da Ásia Oriental e mesmo assumido certa centralidade em alguns temas securitários, como revelam o Diálogo dos Seis do qual a Coreia do Norte faz parte (junto com EUA, China, Rússia, Japão, Coreia do Sul). A compreensão da experiência coreana deixa claro o imperativo de defesa e ao mesmo tempo de barganha para obter algumas concessões econômicas, mas sem perder a autonomia e independência. A questão nuclear coreana não tem, nesse sentido, nada de irracional, como sugerem certos meios de comunicação menos informados. Ao contrário, a lógica diplomática dos EUA tem sido fomentar a instabilidade regional, ao

aprofundar a divisão da península e buscar a mudança do regime norte-coreano, para manter a presença militar ostensiva em meio a outras potências desafiantes, sobretudo Rússia e China. Por óbvio, o governo norte-coreano tem buscado – e com certo êxito – a dissuasão, a barganha para obter algumas vantagens econômicas e a coesão do regime.

Enfim, a obra apresenta um texto acessível e com qualidade acadêmica para suscitar um debate obstruído. A aversão norte-americana (e ocidental) ao regime, decorrente de fatos simbólicos – como ter sido o primeiro armistício que os EUA assinaram sem terem vencido a guerra –, ideológicos – fruto de um frenesi anticomunista “a la Guerra Fria” – e geopolíticos – como a ambição hegemônica de intervir e dominar os mais distantes espaços geográficos –, não pode pautar o debate acadêmico. Ademais, não se pode entender a dinâmica da península, os alinhamentos internacionais e os processos de integração e desenvolvimento regional sem conhecer a trajetória e as tomadas de decisão que envolvem o governo da Coreia do Norte.

*Recebido em: 22/09/2015*  
*Aprovado em: 15/10/2015*